



Fórum para os Sistemas de Pagamentos

2ª Reunião Plenária - 07.06.2019

Síntese

1 Abertura

Na abertura da segunda reunião plenária do Fórum para os Sistemas de Pagamentos (FSP), o Banco de Portugal contextualizou os temas constantes da ordem de trabalhos desta sessão.

Neste sentido, destacou-se a importância de se procurar, ao nível do FSP, um entendimento comum relativamente às propostas apresentadas pelos grupos de trabalho, procurando promover-se um compromisso e um consenso alargado entre os vários intervenientes.

O Banco de Portugal reiterou o seu agradecimento às entidades integrantes do FSP, pelo envolvimento e contributos no âmbito das atividades que têm vindo a ser desenvolvidas.

2 Estudo sobre os custos sociais dos instrumentos de pagamento de retalho em 2017

O Banco de Portugal informou o Plenário de que, em janeiro de 2019, foi publicado o “Estudo sobre os custos sociais dos instrumentos de pagamento de retalho em 2017”. Neste âmbito, expressou o seu agradecimento aos bancos e às empresas que contribuíram ativamente para a realização do estudo, alguns deles integrantes do FSP, recolhendo e partilhando com o Banco de Portugal um conjunto de informação essencial à prossecução deste trabalho.



3 Temas em discussão no *Euro Retail Payments Board*

O Plenário considerou que a documentação distribuída previamente à sessão, nomeadamente a agenda da reunião do *Euro Retail Payments Board* (ERP) a realizar no dia 13 de junho, constituía suporte suficiente para este ponto, não se tendo identificado temas que justificassem uma discussão mais aprofundada.

4 Apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho do Fórum

O Banco de Portugal enquadrou as atividades desenvolvidas ao longo dos últimos meses pelos Grupos de Trabalho (GT) em funcionamento na estrutura do Fórum: o GT para a Promoção dos Pagamentos Eletrónicos (GTPPE) e o GT sobre Segurança dos Pagamentos (GTSeP).

4.1 Grupo de Trabalho para a Promoção dos Pagamentos Eletrónicos (GTPPE)

Sob o mandato que lhe foi atribuído, e com o objetivo de potenciar uma utilização mais eficiente, inovadora e competitiva dos instrumentos de pagamento, o GTPPE identificou quatro áreas de intervenção prioritárias: (i) promoção da utilização da tecnologia *contactless*, (ii) redução da utilização de cheques como instrumento de pagamento, (iii) promoção das transferências imediatas no ponto de venda e (iv) promoção da utilização de débitos diretos.

Em cada uma das áreas de intervenção prioritárias, o GTPPE listou um conjunto de iniciativas que se propõe desenvolver no segundo semestre de 2019.

Os membros do Plenário deram o seu acordo às quatro áreas de intervenção prioritárias, bem como ao aprofundamento das iniciativas identificadas pelo GTPPE.

4.2 Grupo de Trabalho para a Segurança nos Pagamentos (GTSeP)

Os trabalhos do GTSeP centraram-se na análise dos impactos decorrentes da Diretiva de Serviços de Pagamento revista (DSP2) no domínio da autenticação forte do cliente, a vigorar a partir de 14 de setembro de 2019.

Neste âmbito, o GT propôs um conjunto de oito linhas de ação, a serem desenvolvidas pelos diversos intervenientes do mercado nacional de

pagamentos, com o objetivo de assegurar a adoção atempada de mecanismos de autenticação forte do cliente compatíveis com os requisitos da DSP2.

As ações prioritárias recomendadas pelo GTSeP foram:

1. Sensibilizar o mercado para a complexidade da implementação e para os seus impactos nas transações comerciais

O Banco de Portugal, como Autoridade Nacional Competente (NCA), deve continuar a partilhar informação relacionada com o processo de implementação do novo quadro regulamentar relativo à autenticação forte do cliente, procurando garantir um entendimento comum entre os intervenientes, em linha com as interpretações de outras NCA e autoridades de supervisão europeias.

2. Promover a fidelização dos canais de autenticação disponibilizados aos utilizadores

Os PSP devem promover a recolha e/ou atualização dos elementos de contacto dos seus clientes, designadamente do número de telemóvel, de forma a garantir a sua associação ao cliente e possível utilização como elemento de autenticação.

3. Desenvolver ações de comunicação conjuntas sobre a adoção de mecanismos de autenticação forte (SCA)

O FSP deve promover o desenvolvimento de ações de comunicação conjuntas entre os seus membros, de forma a informar e esclarecer os utilizadores sobre os impactos que as alterações regulatórias terão na forma como estes se autenticam perante o seu PSP.

4. Promover a utilização de biometria para autenticação dos utilizadores

Os PSP devem encetar esforços no sentido de promover uma maior adoção de biometria no processo de autenticação do utilizador (por exemplo, através do incentivo à utilização das aplicações móveis disponibilizadas pelo PSP), uma vez que o uso destes elementos propicia um procedimento mais fácil, sem fricção, com melhor experiência de utilização.

5. Assegurar a adoção atempada do protocolo EMV 3DS pelos prestadores de serviços de pagamento

Os PSP devem assegurar a adoção do protocolo EMV 3DS com a maior brevidade possível. Particularmente, enquanto emissores, devem proceder a uma avaliação do público-alvo e, posteriormente, promover o *enrolment* dos cartões de pagamento.

6. Simplificar e harmonizar o processo 3DS

Os PSP devem, sempre que possível, procurar simplificar e harmonizar os procedimentos de adesão ao protocolo 3DS, promovendo um processo mais célere para o cliente.

7. Proceder à ativação massiva do 3DS nos cartões de pagamento

Os PSP devem iniciar esforços no sentido de os novos cartões de pagamento serem emitidos com o protocolo EMV 3DS ativo, evitando assim a necessidade de adesão em separado pelo titular. Adicionalmente, devem promover a ativação do protocolo EMV 3DS nos cartões já emitidos, garantindo que os utilizadores ficam capacitados a continuar a utilização normal deste meio de pagamento, particularmente em contexto *online*.

8. Promover uma maior informação dos clientes sobre o protocolo 3DS

O FSP deve promover o desenvolvimento de ações de comunicação conjuntas entre os seus membros, destinadas a aumentar a informação que os utilizadores de cartões de pagamento têm sobre as compras *online* e, especificamente, sobre o protocolo EMV 3DS.

Os membros do Plenário:

- **Deram o seu acordo às oito ações prioritárias identificados pelo GTSeP no domínio da implementação da autenticação forte do cliente;**
- **Recomendaram que os diversos intervenientes no mercado dos pagamentos (tanto do lado da oferta como do lado da procura), adotem as recomendações aprovadas.**

5 Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho

Sob proposta do Banco de Portugal, discutiu-se a pertinência de ser elaborado um plano nacional que aponte uma estratégia para a evolução dos pagamentos de retalho, em linha com o que tem sido realizado noutros mercados.

**Lisboa
7 junho
2019**

Este ponto foi enquadrado por uma breve apresentação ilustrativa, tendo por base o exemplo de França, com a elaboração do documento *National Strategy for Cashless Payment Instruments - 2019-2024*¹.

Após discussão, entendeu-se dar início a um procedimento escrito aos membros do FSP, para aferir a sua concordância com esta iniciativa.

O Banco de Portugal sublinhou que a construção de uma estratégia comum, de médio prazo, resultante da colaboração e cooperação das diversas entidades, para a promoção de um mercado de pagamentos mais eficiente, seguro e inovador, traria benefícios para a economia nacional. Neste sentido, destacou a pertinência do FSP desenvolver esta iniciativa, dado que reúne os principais intervenientes nacionais na oferta e na procura de serviços de pagamento, incluindo representantes da Administração Pública.

6 Outros assuntos

Neste ponto, acordou-se a realização de uma sessão plenária no segundo semestre, prevendo-se que tenha lugar em novembro, em alinhamento com a data da reunião do *Euro Retail Payments Board* (ERPB).

¹ Documento acessível para consulta em:
https://www.banque-france.fr/sites/default/files/media/2019/03/11/190227_-_en_national_cashless_payments_strategy_2019-2024.pdf

Anexo – Lista de Participantes na reunião de 7 de junho de 2019

Entidade	Representante(s)
ACEPI	Paulo Vila Luz
ADSE	-
AFIP – Associação FinTech e InsurTech Portugal	João Paulo Matos
Águas de Portugal	-
AMA – Agência para a Modernização Administrativa	Pedro Costa Pedro Viana
AMD – Associação Portuguesa de Marketing Directo	João Novais de Paula
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Fernando Cruz
APB	Norberto Rosa João Pires Rita Lourenço
APED	Rui Martins
ASFAC – Associação das Instituições de Crédito Especializado	Susana Albuquerque Ricardo Ribeiro
AT – Autoridade Tributária e Aduaneira	Olga Gomes Pereira
Banco Comercial Português	José Vicente
Banco CTT	João Mello Franco Tiago Almeida Mota
Banco Santander Totta	Nuno Loureiro
Brisa	Pedro Mourisca
Caixa Geral de Aposentações	-

**Lisboa
7 junho
2019**

Entidade	Representante(s)
Caixa Geral de Depósitos	Pedro Vairinhos
Carris	-
DECO	Ana Tapadinhas Vinay Panjivian
Direção-Geral do Consumidor	André Silva
EASYPAY – Instituição de Pagamento	-
EDP – Energias de Portugal	Raquel Ramos
Fidelidade	Ana Cristina Malcata
Galp	Manuel Almeida Pedro Ana Rita Santos
GEE (Ministério da Economia)	Gabriel Osório de Matos
GPEARI (Ministério das Finanças)	Miguel Montenegro
IGCP	-
IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	Teresa Fernandes
ISS – Instituto da Segurança Social	Noémia Goulart
Jerónimo Martins	Conceição Carrapeta
MasterCard	Paulo Raposo
MEO	João Loureiro
Metropolitano de Lisboa	Maria Dilar Rafael
NOS	Tiago Rosado
Ocidental Seguros (Ageas)	Elias Leal
SIBS Forward Payment Solutions	Jorge Paulo

**Lisboa
7 junho
2019**

Entidade	Representante(s)
Sonae Financial Services	Paulo Jorge Pereira
Sonae MC	-
STCP	-
Turismo de Portugal	Patrícia Seguro
Unicre	Marília Araújo
Vodafone Portugal	-
Visa Portugal (observador)	Gonçalo Santos Lopes
Banco de Portugal	Hélder Rosalino Egrejas Francisco Tereza Cavaco Hugo Mira Rita Bairros Rui Pimentel Sandra Vieira Tatiana Lourenço